

Emendas que ampliariam anistia são rejeitadas

BRASÍLIA — Com o apoio do Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, e da maioria da bancada, que temia uma crise militar, a Comissão de Sistematização rejeitou ontem três emendas que ampliariam a anistia prevista no projeto do Relator Bernardo Cabral. A cautela dos peemedebistas ficou clara no discurso do Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), em nome da Liderança, e no encontro do Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, com membros do Movimento pela Anistia.

— O Senador Fernando Henrique e o Deputado Fernando Gasparian nos pediram para desistir da emenda, explicando que a direção do PMDB era contra a proposta porque

achava que os militares não a suportariam — disse o Coronel Joaquim Leite de Almeida, um dos articuladores do Movimento. — Disseram até que, se a emenda passasse, o Congresso poderia ser fechado.

Ao discursar contra a primeira das emendas apresentadas — do Deputado Wilson Souza (PMDB-SP), que beneficiava os punidos por atos administrativos —, Egídio afirmou que a transição para a democracia é um processo complicado.

— Não teremos democracia neste País enquanto não conquistarmos para a democracia os militares. Só poderemos afastar o condicionamento militar, a tutela dos militares que existe desde a primeira Constituição

republicana, pelo processo lento, pelo andar no fio da navalha, pelo andar em campo minado.

A emenda foi derrotada por 59 a 32 votos. Oradores que se manifestaram a favor da anistia mais ampla leram entrevista do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, dada em 1985, afirmando que a anistia avançaria na Constituinte.

— As Forças Armadas têm importância fundamental no processo político. Mas é fundamental que a Constituinte cumpra os compromissos históricos — disse Wilson Souza, ao defender sua proposta.

Apesar de votar contra as duas primeiras emendas — que incluíam o pagamento dos atrasados aos beneficiados pela anistia —, a Deputada

Sandra Cavacanti (PFL-RJ) subiu à tribuna para defender a proposta do Líder do PDT, Brandão Monteiro, derrotada por 49 a 42, que apenas incluía os praças e marinheiros.

Autor da segunda emenda, que propunha o pagamento dos atrasados aos anistiados em plano a ser elaborado pelo Governo, o Senador Jamil Haddad (PSB-RJ) leu da tribuna um telegrama de apoio "passado por um dos maiores líderes do PMDB ao Movimento da Anistia". Afirmou que esse mesmo líder havia votado contra a emenda. Mais tarde, integrantes do Movimento mostraram o telegrama e revelaram o nome do signatário: o Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

A emenda de Jamil Haddad foi derrotada por 55 a 36 votos.

O Relator Bernardo Cabral se manifestou contra as três emendas e conseguiu a manutenção de seu texto, em que a anistia é concedida a todos que, no período de 18 de setembro de 1946 à data da promulgação da nova Carta, foram atingidos por motivação exclusivamente política, por intermédio de atos de exceção, institucionais ou complementares, e aos que foram abrangidos por decreto legislativo de 1961 e decreto-lei de 1969.

O dispositivo assegura as promoções na inatividade, mas só gera efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição e proíbe qualquer pagamento retroativo.



Covas teme reação dos militares

Cassados em 64 se revoltam contra a rejeição

BRASÍLIA — Dezenas de marinheiros, praças e cabos da Aeronáutica cassados em 1964 protestaram ontem contra a rejeição da emenda que ampliava a anistia. Um grupo ficou junto à porta de saída do plenário, chamando os parlamentares de traidores, enquanto nas galerias um número maior de cassados acusou-os de "capachos dos militares".

No plenário, alguns parlamentares cobraram dos principais líderes do PMDB a postura contrária que haviam assumido contra a emenda que beneficiaria 1.509 cassados.

— Vocês podiam dar oito anos para Sarney, mas jamais votar contra a anistia porque isto é um compromisso histórico do PMDB — disse o Deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) ao Senador José Richa, um dos mais

visados, junto com Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

— Foram eles que prestaram obediência devida aos militares — acusou Paulo Henrique Ferro Costa, da Federação das Associações de Defesa da Anistia (Fada). Depois de chorar convulsivamente, Ferro Costa explicou que haviam se surpreendido com o resultado porque, um dia antes, havia sido fechado um acordo. "Mas predominou a síndrome do golpe, porque os militares se excitaram com a aprovação dos quatro anos".

Um dos cassados chamou Covas de traidor enquanto ele explicava aos jornalistas a posição da liderança.

— Minha história não permite que se diga que eu cedi à pressão dos militares. Apenas a liderança entendeu que o momento certo para se buscar uma negociação será o plená-

rio da Assembléia — disse Covas, anistiado em 1979.

Pedro Amaral, ex-marinheiro, um dos mais exaltados, chorando muito, lembrava exatamente este fato: "É inadmissível um cassado votar contra cassados".

Já o Senador Richa, que havia sido interpelado por vários parlamentares favoráveis à anistia, justificou: "Temos que ir avançando aos poucos. Houve a anistia de 79, melhorada em 85 e, agora mais ainda, com o texto do substitutivo do Bernardo Cabral".

A saída do plenário, em meio aos gritos dos cassados, o Líder do PDT, Brandão Monteiro, autor da emenda derrotada, afirmou que a direção do PMDB argumentara que os militares "ficariam aborrecidos se a anistia passasse".

Disposições dão direito de ir à Justiça

BRASÍLIA — Ao contrário da sessão da manhã, a Comissão de Sistematização aprovou, à tarde, todas as emendas ao artigo sobre anistia nas disposições transitórias do texto constitucional. Os constituintes concederam a todos os punidos por motivos políticos o direito de recorrer à Justiça para revisão de processos, até mesmo administrativos, e beneficiaram os aviadores cassados por portaria do Ministério da Aeronáutica em 1964 e 1966 e cerca de 400 dirigentes sindicais vinculados a empresas privadas.

Em tom dramático e emocionado, o Deputado José Maria Eymael (PDC-SP) iniciou a defesa da sua emenda evocando o Sermão das Montanhas:

— Bem aventurados os que têm sede e fome de justiça, porque serão saciados — disse, abrindo os braços na tribuna.

A emenda foi apoiada pelo Deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ) e recebeu parecer contrário do Deputado Konder Reis (PDS-SC), em nome da Relatoria. Reis, que admitiu a injustiça da punição, argumentou que não se poderia diferenciar uma categoria.

Eymael foi apoiado por dez constituintes do PFL e 33 do PMDB. Depois de aprovar sua emenda por 55 votos a 28 e cinco abstenções, cumprimentou um a um os parlamentares que o apoiaram.

O recurso ao Judiciário nesses casos estava restrito pelo substitutivo do Relator Bernardo Cabral, aos cassados durante junho e novembro de 1969. A ampliação do benefício, que permitirá até mesmo que a Justiça reaprecie os termos das anistias concedidas em 1979 e 1985, foi acolhida por Cabral e entendida pelos parlamentares como uma fórmula de ressarcimento aos marinheiros. Cabral considerou a emenda como o estabelecimento de uma norma geral e, como tal, cabível no texto constitucional e garantiu para a proposta a ampla maioria de 61 votos a favor, 27 contra e cinco abstenções.

Os trabalhadores do setor privado foram beneficiados por emenda apresentada pelo Deputado João Paulo Vasconcelos (PT-MG). Foram beneficiados cerca de 400 líderes sindicais punidos com demissão ou afastamento coercitivo de emprego durante o governo militar. O Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), ao defender a proposta, disse que qualquer lei de anistia é casuística, o que justificava, no seu entender, a aprovação de uma norma para um grupo restrito de beneficiados. O Senador Virgílio Távora (PDS-CE), falando pela Relatoria, entendeu que a proposta ou se caracterizaria como uma redundância, pois estes trabalhadores já estariam beneficiados pelo princípio geral de anistia, ou reintroduziria no texto o princípio da reintegração, que já havia sido negado pela Comissão. Mesmo com a posição contrária da Relatoria, a emenda foi aprovada com 49 votos a favor, 39 contra e uma abstenção.